

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1006456-75.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Embargante: **Instituto Nacional do Seguro Social - Inss**
 Embargado: **Edinir Aparecida Pereira Batistao**

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS opôs embargos à execução fundada em título judicial que lhe move EDINIR APARECIDA PEREIRA BATISTAO, alegando excesso, extrapolando a embargada na contagem de juros, de 1% ao mês, e equivocando-se nos índices de atualização monetária, pois aplicável a série IGP-DI, INPC e remuneração própria da caderneta de poupança.

A embargada refutou tais alegações.

A Contadoria Judicial prestou informação.

É o relatório.

Fundamento e decido.

A embargada se diz credora de R\$ 289.763,86. O embargante se diz devedor de R\$ 217.927,55.

Não há controvérsia quanto ao valor da renda mensal, mas apenas quanto à atualização monetária e juros moratórios sobre a dívida vencida.

A Contadoria Judicial identificou a razão da discrepância dos cálculos ofertados pelas partes, incidindo exatamente quanto ao critério de correção monetária e aplicação dos juros moratórios:

O autor corrigiu as parcelas em atraso pelo IGP-Di até jan/04, e a partir de fev/04 até a data do cálculo aplicou o INPC; os juros de mora foram calculados à base de 6% ao ano a partir da citação até 10/01/03, a partir de

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

11/01/03 aplicaram-se de 12% ao ano até jun/09; sendo que, a partir de jul/09 aplicou-se os juros de 6% ao ano (Lei 11.960/09).

O INSS sustenta que a partir de jul/09 aplicam-se a TR e juros conforme Lei 11.960/09 (.. que define que a partir de mai/12, quando a Selic estiver maior que 8,50% ao ano, aplica-se o juros de 6% ao ano; quando a Selic for de 8,50% ao ano ou menos, aplica-se o juros de 70% da Selic).

A sentença, proferida em 9 de abril de 2001, já havia estabelecido que as prestações atrasadas seriam corrigidas e acrescidas de juros moratórios de 6% ao ano, a partir da citação inicial. Dizer, como dito na sentença, que incide sobre o total acumulado até a citação, significa dizer que o montante até então devido é acrescido dos juros, estes contados a partir de então, não antes. Já as prestações vencidas posteriormente, estas recebem o acréscimo dos juros, mês a mês.

O artigo 5º da Lei 11.960, de 29 de junho de 2009, estabeleceu:

O art. 1º-F da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, introduzido pelo art. 4º da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança”.

A propósito do ora consignado, cabe referir recente precedente jurisprudencial:

Acidente do Trabalho Acidente Tipo Lombalgia - Auxílio-acidente
 Comprovado o nexo causal entre o infausto e a redução parcial e permanente da capacidade laborativa, o benefício é devido
 Inteligência do art. 86 da Lei nº 8.213/91.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Débitos em atraso do INSS Correção monetária Incidência da Lei nº 8.213/91 e posterior alteração da Lei nº 11.430/06 A partir de 30.06.2009, tem incidência o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.960/09, até a modulação dos efeitos nas ADIs nº 4.357, 4.372, 4.440 e 4.425, julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Débitos em atraso do INSS Juros moratórios Os juros de mora deverão ser computados de maneira englobada até a citação e, após, mês a mês, decrescentemente, com o percentual de 1% A partir de 30.06.2009, tem incidência o artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.960/09, até a modulação dos efeitos nas ADIs nº 4.357, 4.372, 4.440 e 4.425, julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.

Processual Civil Acidente do Trabalho Honorários Advocatícios Fixação em 15% do valor das prestações devidas até a prolação da sentença, a teor do disposto na Súmula 111 do E. STJ e do entendimento pacificado por esta E. Câmara Especializada.

CONFERE-SE PARCIAL PROVIMENTO AOS RECURSOS OFICIAL E VOLUNTÁRIO DO AUTOR (TJSP, Apelação/Reexame Necessário nº 0002078-27.2012.8.26.0137, Rel. Des. AFONSO FARO JR., j. 29.09.2015).

E ficou então decidido que considerando a data de início do pagamento do benefício, os valores em atraso serão atualizados pela Lei nº 8.213/91, com aplicação do índice IGP-DI e, a partir da vigência da Lei nº 11.430/06, pelo INPC (art. 41-A, da Lei nº 8.213/91, incluído pela Lei nº 11.430/06; STJ-REsp nº 1.107.839-SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 22/09/2010; TJSP-Apelação nº 1003547-18.2013.8.26.0053, 17ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. JOSÉ ROBERTO FURQUIM CABELLA, DJe 29/07/2014).

Ainda quanto à correção monetária e os juros moratórios, a partir de 30.06.2009 deverão ser aplicados os índice definidos pelo artigo 1º-F da Lei nº 9.494/97, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.960/2009, até a modulação dos efeitos nas ADIs nº 4.357 e 4.425, julgadas pelo Supremo Tribunal Federal (TJSP, Apelação nº 0031410-59.2006.8.26.0554, 17ª Câmara de

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Direito Público, Rel. Des. ANTONIO MOLITERNO, Dje 10/03/2015; TJSP, Apelação nº 9000010-48.2008.8.26.053, 17ª Câmara de Direito Público, Rel. Des. AFONSO CELSO DA SILVA, Dje 25/03/2014).

Diante do exposto, acolho em parte os embargos opostos e o faço para explicitar que as prestações atradadas serão atualizadas pela Lei nº 8.213/91, com aplicação do índice IGP-DI e, a partir da vigência da Lei nº 11.430/06, pelo INPC, até a Lei 11.960/2009, com juros moratórios a partir da citação inicial (globalmente, quanto às prestações vencidas até então, e mês a mês, para as subseqüentes), de 6% ao ano, na vigência do Código Civil de 1916 e de 12% ao ano, na vigência do Código Civil de 2002, até a vigência da Lei 11.960/2009. A partir de 30 de junho de 2009, com a vigência da Lei 11.960/2009, aplicam-se os índices oficiais de remuneração básica (TR) e juros aplicados à caderneta de poupança. A partir de 25.3.2015, será aplicável o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E).

Fica a embargada incumbida de refazimento dos cálculos.

P.R.I.C.

São Carlos, 08 de outubro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA